

Deslocamentos populacionais, urbanização e regionalização

Rosana Baeninger*

Introdução

A emergência do processo de reestruturação produtiva em âmbito internacional, neste final de século, tem contribuído, em nível nacional, regional e local, para a configuração de espaços urbanos selecionados. Tais espaços têm apresentado transformações significativas em termos econômicos, políticos e sociais em um esforço de inserção nessa dinâmica global. Modificaram-se as formas e os processos urbanos até então vigentes nas cidades; intensificou-se a velocidade das transformações tecnológicas; as cidades pequenas e de porte médio passaram a constituir uma importante fatia do dinamismo regional; mudaram a direção e o sentido dos fluxos migratórios.

Esse cenário recente traz novos contornos às cidades, onde a compreensão dos fenômenos locais pressupõe o entendimento dos fenômenos regionais, metropolitanos e até aqueles em âmbito mundial. O surgimento de rearranjos nas funções urbanas das cidades, em termos de atividades econômicas e de redistribuição espacial da população, constitui um elemento fundamental no fortalecimento de economias regionais e na busca de feições próprias e atuais. No caso brasileiro, e especificamente do Estado de São Paulo, os impactos territoriais dos processos de

desconcentração econômica e populacional, iniciado na década de 70, tomaram maior impulso nesse novo panorama, consolidando a presença de regiões fortes e o desenvolvimento de pólos regionais, com a diversificação e a crescente importância dos deslocamentos populacionais nos processos de urbanização e redistribuição espacial da população.

Novas territorialidades: consolidação e emergência de pólos regionais

O vigor do atual processo de reestruturação baseia-se em mudanças tecnológicas que trazem impactos significativos em termos territoriais; "hoje o espaço se sobrepõe (simultaneidade valorizando os lugares) e não mais se justapõe" (Souza, 1995, p. 2). Esse processo vem delineando uma nova territorialidade, marcada por intensos processos de redistribuição interna da população e de urbanização, com a constituição de pólos inter e intra-regionais e a redefinição dos papéis das áreas metropolitanas; para Gottdiener (1993) esse fenômeno caracteriza-se por um processo de urbanização polinucleada. No caso paulista, os impactos territoriais emergentes emprestam novas características ao processo de urbanização, aos movimentos migratórios, à reorganização espacial da

* Socióloga, Núcleo de Estudos de População - NEPO - Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

população, bem como definem novas atribuições às grandes concentrações metropolitanas e aos pólos regionais (Baeninger, 1992; Panizzi, 1995).

Considerando-se as tendências e especificidades assumidas pelos processos de urbanização, de redistribuição da população e de atividades econômicas no Estado de São Paulo, nas últimas duas décadas, a questão da regionalização passou a ser mais evidente, em função da presença de distintas economias regionais, trazendo à tona questões relativas à reversão da polarização e, ao mesmo tempo, aquelas referentes à configuração de pólos regionais fora das fronteiras metropolitanas.

Os estudos realizados, particularmente a partir da segunda metade dos anos 80, referentes tanto aos processos econômicos quanto aos urbanos e demográficos em curso no Estado de São Paulo na década de 70¹, apontaram características que contribuíram para a conformação dessas novas espacialidades. O processo de desconcentração das atividades industriais a partir da Região Metropolitana de São Paulo, iniciado no final dos anos 60, propiciou tanto o reflorescimento econômico e populacional do interior paulista – particularmente nos anos 70 –, quanto à definição de um novo perfil econômico – nos anos 80 –, para a até então “metrópole nacional da indústria”. Com a herança histórica do interior e os incentivos direcionados a algumas de suas regiões nos anos 70 no setor produtivo estatal (petroquímica e siderurgia) e através de uma política econômica – expressa no Programa do Álcool e no crescimento dos demais

segmentos da agroindústria e das exportações de manufaturados – contribuiu-se para o rápido crescimento industrial do interior paulista, passando esta área a figurar como a segunda concentração industrial do País. Os investimentos em vias de transportes e comunicações, com o melhoramento, extensão e duplicação das principais rodovias permitiram o incremento da circulação de mercadorias e de população nos eixos de desenvolvimento do estado.

Nesse novo cenário de dinamismo econômico, a Região Metropolitana de São Paulo, embora canalizando a maior parte dos fluxos migratórios interestaduais em direção ao Sudeste do País nos anos 70, já indicava movimentos migratórios em direção às regiões mais urbanizadas e concentradoras de atividades econômicas do interior. As principais regiões interioranas receptoras dos fluxos migratórios com origem na Região Metropolitana de São Paulo também se destacaram pela absorção de fluxos migratórios oriundos de regiões próximas ou circunvizinhas, configurando a formação de pólos regionais caracterizados em função de seu papel concentrador de fluxos populacionais e suas atividades econômicas. Configuraram-se como pólos regionais, nos anos 70, as regiões do governo de São José dos Campos, Sorocaba, Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto. Como pólos secundários, destacaram-se as regiões de Santos e Araraquara².

O padrão de urbanização processado nos últimos 30 anos, marcado por um crescimento rápido, amplo e concentrado da população, contribuiu para a concentração metropolitana e, ao mesmo tempo, para a

¹ Veja-se: CANO, W. (Coord.). *O processo de interiorização da indústria paulista 1920-1980*. São Paulo : SEADE, 1988. (Coleção economia paulista); A MIGRAÇÃO no Estado de São Paulo. *Informe Demográfico*, São Paulo, v. 23, 1990; SÃO PAULO no limiar do século XXI. São Paulo : SEADE : Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, 1992. (Coleção economia paulista); CANO W. (Coord.). *Projeto a nova realidade da indústria paulista : subsídios para a política de desenvolvimento regional do Estado de São Paulo*. São Paulo : SEADE ; Campinas : Fundação de Economia de Campinas, 1994.

² Estes pólos foram detectados a partir das trocas migratórias entre as regiões vizinhas. Veja-se: PATARRA, N., BAENINGER, R. Movimentos migratórios : novas características, novas indagações. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 3., 1989, Águas de São Pedro.

expansão da rede urbana com o crescimento dos centros e subcentros regionais, além do crescimento da população urbana em grande número de cidades de diferentes tamanhos³.

Nesse sentido, as novas formas de estruturação do espaço urbano, caracterizadas pelo crescente processo de conurbação territorial, propiciaram a emergência de importantes áreas metropolitanas no interior – como Campinas e Santos, áreas marcadas por uma trajetória histórica de forte urbanização e concentração econômica e populacional – e a formação de aglomerações urbanas não-metropolitanas. A concentração populacional em cidades cada vez maiores no Brasil, até os anos 70, levou os especialistas a construir um cenário urbano nacional pensado em moldes crescentemente concentradores. No caso do Estado de São Paulo, no entanto, o papel dos pequenos aglomerados urbanos (cidades com menos de 20 mil habitantes), das cidades de porte intermediário e de porte médio, como áreas para a localização industrial, para insumos industriais e agrícolas, ou ainda como áreas para localização populacional, já indicavam uma nova dinâmica urbano-regional. Nesse contexto, as taxas de crescimento populacional das regiões mais prósperas do interior passaram a registrar valores superiores àquele verificado para a Região Metropolitana de São Paulo, já nos anos 70.

Nesse sentido, do ponto de vista populacional, a regionalização refletia, em grande medida, o dinamismo industrial ou agroindustrial das regiões e sua capacidade de absorção de expressivos contingentes migratórios interestaduais e intra-estadual. Ou seja, a dinâmica econômica das áreas propiciava a concentração de fluxos migratórios nas regiões que se beneficiaram com o processo de interiorização da indústria.

Nos anos 80, particularmente a partir de 1985 e início dos anos 90, esse processo de desconcentração industrial perdeu dina-

misso econômico, em função do “esgotamento dos ciclos de investimentos dos anos setenta que fez a economia do interior paulista tender a apresentar um comportamento similar ao da metrópole” (Cano et al. 1994, p. 5). Apesar da continuidade do processo de interiorização, os autores apontam que este se processou em um ritmo menos intenso, dada a perda de dinamismo da indústria em seu conjunto. De qualquer forma, a Região Metropolitana de São Paulo continuou dividindo seu dinamismo econômico e populacional com as regiões do interior, muito embora se destaque como o principal centro financeiro e de serviços especializados do País.

Na verdade, o delineamento nos anos 70 do novo padrão de urbanização no estado, que viria a se consolidar na década seguinte, assegurou às distintas dinâmicas urbano-regionais, ao longo dos anos 80, papel relevante no processo de redistribuição espacial da população e de regionalização. Nesse sentido, o atual processo de urbanização manifesta-se através da conformação de espaços regionais marcados pelo espraiamento de características metropolitanas; para o entendimento desse fenômeno torna-se imprescindível repensar o espaço enquanto articulador do local, do regional e do global, bem como considerar os processos recentes de desconcentração populacional metropolitana, de polarização e de mobilidade intra-urbana regional da população.

Apesar das evidências apontadas anteriormente da emergência de um novo processo de redistribuição espacial da população em São Paulo, somente com as análises do Censo de 1991 é que se pode verificar que a tendência predominante nacional dos anos 80 (menor crescimento das áreas metropolitanas, recuperação demográfica dos pequenos municípios, crescimento dos municípios do entorno, etc.) já estavam presentes no contexto paulista. Assim, o

³ Veja-se: FÁRIA, V. *Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos*. Sociedade e política no Brasil pós-64. São Paulo: Brasiliense, 1983.

importante a resgatar, até aqui, é o significado da década de 70 como ponto de partida do processo de desconcentração populacional em São Paulo, processo este que na década seguinte atingiria o País de forma mais ampla.

O Estado de São Paulo como um todo apresentou, no período 1980/1991, acentuada diminuição em seu ritmo de crescimento populacional, passando de uma taxa de crescimento de 3,49% ao ano, nos anos 70, para 2,12% ao ano, entre 1980-1991. O menor crescimento da população da Região Metropolitana de São Paulo (1,86% ao ano) refletiu fortemente na taxa verificada para o Estado, particularmente o comportamento do Município de São Paulo (com uma taxa de crescimento populacional de 1,15% ao ano, nos anos 80), que resultou em saldos negativos de mais de 750 mil pessoas para o município e de cerca de 250 mil pessoas para a área metropolitana. O Estado de São Paulo, que havia recebido 2,1 milhões de migrantes de outros estados nos anos 70, registrou aproximadamente o mesmo volume no período 1980-1991: 2 127 304 pessoas, das quais 1,2 milhão se dirigiu à Região Metropolitana de São Paulo. Ou seja, houve continuidade na chegada de migrantes a São Paulo, diferentemente de algumas hipóteses elaboradas antes da divulgação dos dados que permitem averiguar o fenômeno migratório no período. Na realidade, esta área continuou sendo o principal destino migratório nacional, porém acrescentando uma nova característica ao fenômeno da redistribuição espacial da população: um elevado fluxo emigratório, que totalizou 1 494 937 pessoas, dos quais 669 781 eram emigrantes de retorno aos seus estados de nascimento.

O interior paulista⁴, por sua vez, manteve mais ou menos estável sua taxa de crescimento da população total (2,6% ao ano,

entre 1970-1980, e 2,38% ao ano, no período 1980-1991), registrando saldo migratório de 860 mil pessoas. As regiões interioranas que haviam exibido os maiores saldos migratórios nos anos 70 permaneceram com essa característica nos 80, porém expressando menores volumes (regiões de São José dos Campos, Campinas, Sorocaba, Santos, Jundiaí, Ribeirão Preto e Araraquara). No entanto, muitas regiões que haviam registrado saldos negativos elevados nos anos 70 passaram a exibi-los em níveis mais baixos (regiões de Cruzeiro, Guaratinguetá, Avaré, Jales, Fernandópolis e demais regiões do oeste); outras elevaram ligeiramente seus saldos positivos (Piracicaba, Rio Claro, São Carlos, etc.). Houve aquelas que passaram de saldos negativos nos anos 70 para positivos nos 80 (Barretos, Araçatuba, Botucatu e Assis) e, finalmente, as regiões que passaram de saldos positivos para negativos (Registro, Itapeva e Catanduva), sendo que somente a região de Tupã apresentou elevação em seu saldo negativo. Nos anos 80, o interior do estado recebeu cerca de 788 mil migrantes de outros estados, principalmente paranaenses (243 mil) e mineiros (180 mil), sendo, no entanto, a migração dentro do próprio estado (inter-regional ou intra-regional) responsável pelas novas configurações do fenômeno migratório.

Os resultados dos fluxos migratórios entre as regiões de governo do Estado de São Paulo, a partir do Censo de 1991, apontaram que 1 621 743 pessoas migraram para municípios que não o de nascimento em seus próprios contextos regionais nos anos 80 – o que representou 44% do total do movimento intra-estadual (que foi de 3 703 374 pessoas)⁵, sendo que 2 081 631 pessoas realizaram deslocamentos inter-regionais. Do total dos fluxos inter-regionais, 31% partiram

⁴ Entende-se por Interior o conjunto dos municípios do estado excluindo-se aqueles localizados na Região Metropolitana de São Paulo.

⁵ Tanto para os movimentos migratórios intra-estaduais quanto para os inter-regionais e para aqueles com destino à Região Metropolitana de São Paulo, estão considerados os migrantes que apresentaram como local de residência anterior o próprio Estado de São Paulo, incluindo aqueles com município não especificado, os quais totalizaram 343 162 pessoas.

da Região Metropolitana de São Paulo em direção ao interior (655 927 migrantes); a Região Metropolitana de São Paulo recebeu do interior paulista apenas 398 618 pessoas. Em comparação com o Censo de 1980, houve um ligeiro aumento da migração entre as regiões; em 1970/1980, o movimento inter-regional havia sido de 1 897 370 pessoas.

Essa redistribuição da migração no estado, aliada à queda da fecundidade, apontou para uma das características mais marcantes reveladas pelo Censo de 1991: menor ritmo de crescimento em suas aglomerações urbanas e recuperação demográfica dos municípios situados no entorno das sedes regionais. No caso das maiores aglomerações urbanas do Estado de São Paulo – Região Metropolitana de São Paulo, região de Campinas e região de Santos – esse fenômeno já era bastante nítido nos anos 70, indicando, particularmente para as duas áreas do interior, que a redistribuição intra-regional de suas populações e seus processos migratórios já representavam indícios da formação de áreas metropolitanas, destacando o expressivo crescimento populacional dos municípios do entorno, além dos complexos processos de integração econômico-sociais de tais regiões.

Nos anos 80, apesar da diminuição no ritmo de crescimento populacional das maiores aglomerações, o entorno seguiu com taxas mais elevadas. Mesmo que se queira atribuir a este fenômeno a denominação de “periferização” da população, torna-se necessário incorporar neste processo não apenas o fenômeno da expulsão da população do núcleo para a periferia (conceito tradicional), mas também a diversificação dos movimentos intra-urbanos, com o aumento dos movimentos migratórios entre áreas periféricas e a intensificação dos deslocamentos pendulares. A presença dessas modalidades recentes de mobilidade espacial da população, com mudanças na direção e sentido dos deslocamentos populacionais, tendem a contribuir para a diminuição dos próprios volumes de migrantes internos, como já vem ocorrendo no caso da mobilidade

intrametropolitana da Região Metropolitana de São Paulo – que de mais de 900 mil pessoas, nos anos 70, baixou para cerca de 850 mil, no período 1980-1991.

Tendências Migratórias e Regionalização

Na década de 80, pela primeira vez desde o final do século passado o ritmo de crescimento populacional da área metropolitana de São Paulo (1,86% ao ano) foi inferior ao conjunto do estado (2,12% ao ano) e mesmo inferior à média nacional (1,93% ao ano). Este fato representa uma importante mudança na dinâmica demográfica anterior, com a inversão das tendências da migração nacional que, até 1970, tinha na Região Metropolitana de São Paulo o seu principal destino. Assim, nos anos 70, o crescimento demográfico da Metrôpole atingiu 4,5% ao ano, transformando São Paulo numa das possíveis megalópolis do mundo.

Esse processo, contudo, reverteu-se a tal ponto, nos anos 80, que a Metrôpole presenciou, pela primeira vez em sua história contemporânea, uma saída líquida de migrantes, como resultado sobretudo do menor crescimento da cidade de São Paulo. Embora, nos anos 70, a Região Metropolitana de São Paulo já tivesse exibido um fluxo emigratório de 450 mil pessoas em direção ao interior do estado (Cunha, 1987), particularmente para Campinas, Santos, São José dos Campos, Sorocaba e Ribeirão Preto, a força da migração interestadual era tão intensa que supunha ser esse movimento, de saída de população da Metrôpole, um processo bastante incipiente e que somente estava circunscrito à dinâmica intra-estadual. Nos anos 80, as principais correntes migratórias verificadas no Estado de São Paulo partiram de sua região metropolitana em direção ao interior, como já apontado, sendo que nas trocas líquidas populacionais entre determinada região e a área metropolitana, esta última sempre registrou saldos negativos, resultando em uma perda líquida de população de 240 mil pessoas para o interior de São Paulo.

No período 1980-1991, já se pode verificar até mesmo uma redução da participação da migração interestadual no total do movimento migratório da área metropolitana. Do total de seu movimento (2 502 225 pessoas), 49% deveu-se à migração de outros estados, 1 273 524 migrantes, dos quais mais de 90% nordestinos (na década de 70, esta participação era de 56%) e 51% à migração intra-estadual. Considerando estes últimos (1 228 701 pessoas), 69% deveram-se aos movimentos intrametropolitanos (849 796 pessoas) e 31% aos inter-regionais, como já mencionado. Destaca-se que com a diminuição da importância relativa da migração interestadual, aumentou o peso dos movimentos internos particularmente dos intrametropolitanos que representavam, no total da migração da Região Metropolitana de São Paulo, 29% na década de 70, passou a 35%, nos anos 80.

O processo de desconcentração espacial da atividade econômica, que já havia se iniciado na década anterior, e os efeitos da crise econômica dos anos 80 e 90 marcaram a trajetória econômica urbana de São Paulo. A impossibilidade de reter fluxos migratórios elevados, em razão da crise social e dos ritmos lentos de crescimento do emprego metropolitano (Pacheco, 1996), contribuiu tanto para uma migração interestadual de retorno elevada, apesar da continuidade de expressivos fluxos migratórios do Nordeste para a Região Metropolitana de São Paulo, como para o incremento dos movimentos migratórios em direção ao interior do estado. A queda no ritmo de crescimento das grandes aglomerações urbanas está também associada à diminuição do êxodo rural (Martine, 1992). Um dos fatores que contribuiu para esse decréscimo foi a redução do próprio estoque populacional na área rural; este aspecto, aliado à queda da fecundidade no campo e aos mecanismos oriundos da crise econômica dos anos 80,

foi responsável pela retenção de população no próprio meio rural ou ainda migrações rurais-urbanas no âmbito intramunicipal.

Nos anos 80, internamente ao Estado de São Paulo, o crescimento demográfico mais significativo, embora tenha se observado uma diminuição no ritmo de crescimento das maiores localidades, ainda foi representado pelos aglomerados urbanos próximos da capital ou pelas cidades de médio porte da rede urbana de seu *hinterland*. As pequenas localidades do estado, ligadas às atividades rurais e que apresentavam redução absoluta de suas populações tiveram nesta década um crescimento mais elevado que em períodos anteriores, atenuando a pressão demográfica que exerciam sobre as áreas mais urbanizadas. De fato, houve significativo crescimento populacional em municípios não-metropolitanos em todas as regiões brasileiras, onde as pequenas cidades e as de porte intermediário apresentaram crescimento significativo (Martine, 1994).

As alterações internas ao Estado de São Paulo parecem indicar, assim, maior retenção de população nas regiões do interior, especialmente nas cidades pequenas, destacando o papel mais significativo dos aglomerados urbanos localizados *fora das fronteiras metropolitanas*, como absorvedores de migrantes vindos das zonas rurais – papel anteriormente destinado às concentrações metropolitanas – e de áreas urbanas, incluindo-se aí os migrantes vindos da própria metrópole. Desse modo, esse processo de reorganização populacional paulista apresenta especificidades regionais, mas vem manifestar novas tendências do processo de urbanização. A primeira delas, e talvez a mais marcante, é apresentada pela recuperação populacional e inversão na tendência dos pequenos municípios⁶. As taxas de crescimento populacional para a classe de

⁶ Veja-se: MARTINE, G. *A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80*. Brasília: IPEA, 1994. 43 p. (Texto para discussão, n. 329); PATARRA, N. et al. *A nova realidade regional do Estado de São Paulo*. Campinas: UNICAMP, Núcleo de Economia Social Urbana, 1992. (Documento de trabalho, 1); BAENINGER, R. *Processo de urbanização no Brasil: características e tendências*. In: BOGUS, L., WANDERLEY, L. E. *A luta pela cidade em São Paulo*. São Paulo: Cortez, 1992.

tamanho menor que 5 mil habitantes e de 5 a 10 mil habitantes passaram a ser positivas, dos anos 70 para os 80. Além disso, pode-se observar ligeira elevação no ritmo de crescimento dos municípios de 10 a 20 mil habitantes e de 20 a 50 mil; uma estabilização na taxa de crescimento das cidades médias; e, finalmente, um decréscimo na taxa de crescimento dos municípios com mais de 100 mil habitantes.

Dessa última evidência suscita outra especificidade do atual padrão de urbanização e redistribuição espacial da população: o crescimento populacional menor das sedes regionais e o crescimento mais elevado de suas áreas de entorno. Na região de Campinas e de Santos, esse fenômeno já era visível nos anos 70, para as demais regiões foi uma das especificidades da última década. O crescimento do entorno dessas regiões implica um adensamento da rede urbana regional, onde se pode verificar a reversão da tendência de municípios pequenos, antes incapazes de reter sua população.

Assim, o panorama da mobilidade espacial da população, nos anos 80, apresentou-se tão diversificado e com implicações mais determinadas na configuração dos espaços e na estruturação das cidades que tais processos colocam em questão a capacidade das análises econômicas comportarem todas as explicações dos fenômenos sociais, até porque as migrações da última década não garantiram uma mobilidade social como em outras décadas; ou seja, houve "o descolamento da mobilidade espacial da mobilidade social" (Brito, 1995). Os clássicos fatores de expulsão e de atração de população dentro de um mesmo contexto urbano-metropolitano, bem como a definição de origem e destino de determinado fluxo não tem o mesmo significado que esses termos representavam quando se tratava de analisar os grandes movimentos rurais-urbanos, que marcaram o crescimento e a concentração da população em áreas metropolitanas.

A dimensão política, por exemplo, tem constituído elemento importante dessas novas

formas de mobilidade espacial da população, particularmente as políticas de desenvolvimento urbano-regionais (políticas de habitação, saúde e transporte) que, elaboradas sem levar em conta os processos de redistribuição espacial da população, implicitamente, acabam por se converter em incentivos para a população migrante (Martine, 1989). Nesse sentido, o fortalecimento de economias regionais impulsionou movimentos migratórios intra-urbanos, os quais parecem não estar ligados propriamente a interpretações do tipo atração-expulsão, mas sim a várias determinações da vida social – dentre elas a econômica, porém não a única – que estão embutidas na decisão de migrar; a dimensão individual passa também a ter papel relevante, pois em última instância a decisão de migrar cabe às pessoas envolvidas em tal processo.

É claro que as transformações da sociedade em geral refletem-se nessa decisão e por isso mesmo parece ter ampliado a estrutura de escolha da população migrante, a qual esteve em décadas anteriores condicionada, em grande medida, às correntes rurais-urbanas, às áreas de fronteiras e à industrialização. Nesse sentido, a relação migração-emprego, por vezes simplista, tem apresentado uma complexidade crescente; as múltiplas formas de interação dos espaços regionais vêm apontando novas modalidades migratórias, onde a mudança de emprego não implica necessariamente mudança de residência, e vice-versa.

Desse modo, pode-se dizer que, nos anos 80, os movimentos migratórios mudaram de direção, de composição e de sentido. De grandes movimentos de longa distância, particularmente os movimentos rurais-urbanos interestaduais, que prevaleceram até os anos 70, passou-se para os movimentos urbanos-urbanos mais circunscritos às dinâmicas inter e intra-regionais; de uma migração predominantemente da pobreza, hoje os fluxos migratórios envolvem também desde a classe média, que quer se refugiar da poluição e da violência, os profissionais liberais, os estudantes, até a população idosa que, depois de aposentada,

retorna a seu lugar de preferência. E, finalmente, a dimensão espacial passou a representar outro significado aos deslocamentos de população, apresentando estes estreita relação com os espaços em que esse fenômeno se processa, excedendo a definição tradicional de migração (Villa e Rodriguez, 1994).

As transformações verificadas nas áreas urbanas mais dinâmicas do Estado de São Paulo para onde foram canalizados investimentos governamentais, particularmente nos anos 70, tanto para a indústria quanto para a agroindústria, tiveram efeitos multiplicadores que se manifestaram não só na diversificação das atividades econômicas no interior de cada pólo e das áreas circunvizinhas, mas que configuraram, nos anos 80, uma rede urbana polarizada. Ao longo da década de 80, não obstante a crise que se abateu sobre todo o Território Nacional, a dinâmica paulista ganhou contornos cada vez mais nítidos, com o fortalecimento de centros e subcentros regionais, onde se criaram condições de absorção de força de trabalho, retendo uma população que potencialmente migraria. No aparente quadro de urbanização generalizada, as especificidades locais permitiram o surgimento de respostas aos momentos da crise, apontando os caminhos para a construção de distintas economias e dinâmicas regionais.

Pólos Regionais e Mobilidade Intra-Urbana

Pode-se dizer que os anos 80 foram marcados pela dispersão da migração no interior de São Paulo, dispersão esta associada ao recente processo de urbanização e de redistribuição espacial da população, com a consolidação e emergência dos pólos regionais. Desse modo, enquanto os movimentos migratórios dos anos 70 estiveram muito mais concentrados e relacionados à dinâmica da desconcentração – dinâmica esta assentada no desenvolvimento, expansão e interiorização da indústria – a nova configuração espacial da migração e da urbanização aponta agora para novas inter-relações entre os sistemas

urbanos, a hierarquia urbana, a rede de cidades, as cidades e seu entorno e os fenômenos sociais. É nesse sentido que Gottdinier (1993) aponta que *"em lugar da forma compacta de cidade que outrora representava um processo histórico em formação, existe agora uma população metropolitana distribuída e organizada em áreas regionais em permanente expansão, que são amorfas na forma, maciças no escopo e hierárquicas em sua escala de organização social"* (p.14).

Nesse contexto, a compreensão das novas formas espaciais de redistribuição da população está associada tanto ao crescimento inter-regional – como dimensão territorial do processo de urbanização, quanto intra-urbano regional – como a expressão local dos processos sociais (Panizzi, 1995), onde fenômenos semelhantes aos metropolitanos vêm ocorrendo, porém, noutro espaço, noutro tempo e noutra escala. Esses fenômenos já são mais visíveis, particularmente nos pólos regionais e suas respectivas áreas de influência, indicando um arranjo da dispersão polarizada do processo de urbanização e de redistribuição da população.

Esse novo perfil da urbanização traz novos contornos às dinâmicas das cidades, cuja integração depende mais das demandas advindas das especificidades urbano-regionais do que de seu tamanho populacional. Assim, nas novas formas da urbanização polarizada, a grande cidade ou a cidade-sede tem que ser entendida levando-se em conta os nexos que estabelece com as cidades no entorno, alcançando às vezes outras regiões, que se traduzem em aglomerações regionais, uma vez que os complexos urbanos extravasam as cidades, mantendo vínculos de integração, quer seja pelo setor serviços, empregos, insumos para as atividades econômicas, local para moradia, etc. Dentro dessa nova configuração regional, a mobilidade intra-urbana constitui um dos principais elementos da formação e consolidação de tais espaços urbanos.

A emergência dos pólos regionais nos anos 70 deveu-se, basicamente, aos incentivos

governamentais para lá direcionados, na indústria ou na agroindústria, que, gerando um espetacular dinamismo econômico a partir do município-sede, atingiu cidades vizinhas, conduzindo a formação de um importante aglomerado de cidades. Nos anos 80, o poder de atração exercido pela indústria parece ter diminuído sensivelmente em função da perda de seu dinamismo. Porém, *o novo patamar alcançado pelo processo de urbanização nas áreas*, com a diversificação de atividades e do consumo urbano, contribuiu para a continuidade do dinamismo das regiões; como afirma Ebanks (1994, p.133) *“os altos níveis de urbanização são resultado de processos complexos. Estes níveis, por sua vez, têm se convertido, em muitos aspectos, em forças impulsoras de mudança”*. Esse processo contribuiu para um redirecionamento dos fluxos migratórios, apresentando os pólos regionais, na última década, os maiores saldos migratórios; além disso, a mobilidade intra-urbana garantiu a retenção de população regional. Assim, pode-se dizer que os anos 80 marcaram a consolidação dos pólos regionais no interior, tanto por suas distintas economias quanto por sua inserção no processo de urbanização paulista.

A caracterização desses pólos regionais, segundo a situação de sua sede e quanto aos processos internos de redistribuição espacial da população, permite compreender melhor o papel que desempenham no processo de urbanização e de desconcentração da população em São Paulo. Ou seja, além dos movimentos migratórios inter-regionais, a intensa mobilidade intra-urbana também constitui uma das especificidades do processo de reorganização da população no espaço urbano-regional, com a presença de subcentros regionais, indicando, portanto, uma diferenciação cada vez mais complexa do espaço urbano dentro das próprias regiões. Nesse sentido, pode-se classificar as

aglomerações urbanas, segundo os processos de redistribuição interna de suas populações da seguinte maneira: aglomerações regionais adensadas (RM de São Paulo e RM de Santos), aglomerações regionais consolidadas (regiões de governo de Campinas, São José dos Campos, Sorocaba e Ribeirão Preto), aglomerações regionais em processo de consolidação (Bauru e São José do Rio Preto), aglomerações regionais emergentes (Araçatuba) e aglomerações regionais potenciais (Presidente Prudente)⁷.

Essas aglomerações regionais desempenharam papel fundamental na redistribuição espacial da população, emprestando novas características ao processo de urbanização, com a recuperação populacional e inversão na tendência dos pequenos municípios e com o decréscimo no ritmo de crescimento das cidades de médio e grande portes. Pode-se dizer que a recente configuração migratória resultante no espaço já é, por sua vez, muito mais o efeito de uma redistribuição interna de população do que a alocação de novos contingentes migratórios interestaduais, como ocorreu na década de 70 (Patarra et al.1994).

Predominando, portanto, os movimentos intra-urbanos, num contexto de dispersão e, ao mesmo tempo, de polarização regional, os movimentos pendulares (deslocamento diário entre o município de moradia e o município de trabalho) da população, constituindo especialmente um tipo de mobilidade intra-urbana, torna-se uma dimensão importante na decisão de mudar ou não da localidade de residência, uma vez que com este movimento – fruto do processo de urbanização (especialmente com a melhoria das vias de transporte) e das novas formas de redistribuição espacial da população – a mudança de emprego não corresponde necessariamente uma mudança de residência;

⁷ Essa caracterização foi elaborada com base na análise dos fluxos migratórios intra-regionais, através de tabulações especiais do Censo de 1980, particularmente das trocas líquidas de população entre os municípios de cada região, nos estudos realizados em visitas de campo às áreas (com entrevistas com agentes institucionais e migrantes locais) e, finalmente, nos resultados do Censo de 1991. Veja-se Baeninger (1996).

tendência que certamente afetará os volumes migratórios intra e inter-regionais, como já destacado.

Torna-se importante ressaltar, ainda, que a localização geográfica das aglomerações acima citadas vem delineando eixos de expansão urbana no interior, evidenciando a consolidação de espaços urbanos-regionais, cuja contigüidade foi extremamente favorecida pela melhoria das redes viárias e de telecomunicações¹⁰. Os pólos regionais de Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, juntamente com suas respectivas áreas de aglomeração, constituem o eixo consolidado, concentrando 38% da população do interior do estado. Nessas regiões é expressiva a produção agrícola vinculada a uma agroindústria moderna, produtora de açúcar e álcool, carnes, suco de laranja e subprodutos da soja. Além disso, sobretudo em Campinas, localizam-se indústrias de alta tecnologia ligadas aos setores de ponta da indústria nacional, tais como: a petroquímica, telecomunicações, papel e celulose, etc.

Ao longo dos anos 80 veio somar-se a esse eixo consolidado um eixo emergente, que engloba basicamente os pólos recentes (Bauru, Araçatuba e Presidente Prudente), além de Sorocaba. Este eixo, na realidade, é constituído pelo conjunto de municípios localizados na área de influência da Hidrovia Tietê-Paraná, tendo como ponto de partida a região de Campinas e estendendo-se em direção a oeste do estado; 35% dos municípios do interior compõem esse vetor, concentrando quase seis milhões de habitantes (37% da população do interior). Assim sendo, a extensão dessa Hidrovia, cujo grande papel é o de promover a ligação com os países-membros do MERCOSUL, representa um impulso dinamizador importante, especialmente para os municípios pequenos (com menos de 20 mil habitantes), que

correspondem a 72% do total das localidades situadas na área de influência da Hidrovia no Estado de São Paulo.

Desse modo, a consolidação de pólos e a configuração de eixos de expansão econômico-populacionais, o crescimento das cidades pequenas em contraposição às grandes aglomerações, as articulações do nível local com o regional e o metropolitano são fatores que supõem a compreensão dos fenômenos regionais e seus rearranjos para a definição de feições próprias e atuais. Emerge, nesse processo, a competitividade entre os espaços urbanos na busca de atração por novos investimentos e mão-de-obra especializada, caracterizando um interior marcado por rupturas com o padrão estruturador anterior, onde a correlação com tipologias de polarização ou de hierarquização de centros urbanos assume novas características. Os tradicionais pólos urbanos passam a dividir sua hegemonia com antigas áreas de influência compondo um conjunto de aglomerações; as áreas polarizadas se ampliam e se complexificam. Passa a ocorrer uma articulação entre áreas que buscam acesso às inovações tecnológicas, consolidando uma rede de trocas e estabelecendo um padrão de competitividade regional em escalas que permeiam desde atividades locais até aquelas de âmbito metropolitano.

Assim, considerando as principais tendências de mudanças tecnológicas, Coutinho (1995) aponta alguns impactos da expansão do complexo eletrônico sobre os sistemas urbanos – dentre eles: o funcionamento coordenado *on-line* no processo de produção; o estreitamento da distância física entre os sistemas supridores das indústrias montadoras; o reforço do papel de certas economias de aglomeração em pólos regionais, com a concentração de centros de pesquisa e atração de mão-de-obra qualificada; e a criação de empregos de

¹⁰ Veja-se: BÓGUS, L. M. M., BAENINGER, R. Redesenhando o espaço no interior paulista : desconcentração e expansão urbana. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 9, n. 3, 1995.

elevada remuneração, com a sofisticação dos padrões de consumo —, apontando que "combinada com condições favoráveis de infra-estrutura (transporte, comunicações, universidades e centros de pesquisa), as tendências enumeradas constituem 'novas externalidades' benígnas que podem viabilizar o desenvolvimento de pólos inovadores de indústria e serviços em cidades pequenas e médias. Esses novos pólos (ou o rejuvenescimento de pólos antigos de alta qualificação) podem contribuir para descentralizar a atividade industrial e de serviços, atraindo empreendimentos que normalmente se localizam em cidades grandes ou em áreas metropolitanas" (p.43). Nesse sentido, investimentos e esforços estão sendo realizados em Campinas e em São Carlos para que definam seus perfis enquanto pólos de alta tecnologia.

Desconcentração espacial: reversão, inversão ou nova polarização?

As fortes mudanças nos padrões de redistribuição da população e das atividades econômicas vêm resultando em processos complexos de desconcentração espacial, também denominado como reversão da polarização (Richardson, 1980), impulsionando a localização de atividades industriais e de pessoas para além das áreas metropolitanas. De fato, no caso de São Paulo, a redução de oportunidades econômicas e, ao mesmo tempo, as políticas governamentais indutoras de desconcentração em direção ao interior refletiram-se na baixa taxa de crescimento demográfico verificada para a metrópole mais importante do País.

A discussão a respeito da polarização reversa, no entanto, embora enfatize a desconcentração de atividades econômicas e de população, na realidade parece estar mais direcionada aos fatores econômicos e presa à idéia da relação migração-emprego. Redwood (1984) afirma que "a reversão da polarização implica na redistribuição da população no interior da hierarquia urbana

nacional. Está, por sua vez, estreitamente associada com a distribuição espacial das atividades econômicas através do tempo, particularmente no contexto de um país em desenvolvimento onde as pessoas tendem a seguir os empregos" (p. 35 apud Matos, 1994, p.17).

De fato, esta parece ter sido a tendência predominante em um primeiro momento da implantação do processo de desconcentração econômica (Diniz, 1993). Pode-se dizer que os anos 70 foram marcados por uma reversão da polarização industrial acompanhados de um incipiente processo de desconcentração populacional; o exemplo de São Paulo é bastante claro nessa direção, quando do início do processo de interiorização da indústria, nos anos 70, que propiciou fluxos migratórios metropolitanos significativos para o interior.

Os impactos desse processo e o desenvolvimento socioespacial recorrentes envolveram, no entanto, diferentes fases e formas que conduziram à aglomeração e à dispersão (Matos, 1995), abrangendo áreas e disseminando um novo urbano ao território paulista que, mesmo com uma possível inversão da polarização ou uma tendência à reconcentração da indústria, principalmente dos setores nobres, da moderna produção de serviços e de alta tecnologia (Diniz, 1993; Cano, 1995), São Paulo não voltaria a receber levas de migrantes em direção a esses pólos; até porque serão bastante reduzidos os empregos de baixa qualificação. "Com a reconcentração industrial e com a falta de empregos pouco qualificados que surgiria, os fluxos migratórios inter-regionais, notadamente os originários do Nordeste e de Minas Gerais e orientados principalmente para São Paulo, diminuiriam ainda mais, fazendo com que os migrantes do mundo rural devessem ter guarida nas cidades médias e grandes da própria periferia nacional" (Cano, 1995, p.131).

A emergência das novas formas de estruturação do espaço cristaliza tendências,

etapas e processos econômico-sociais complexos verificados, ao longo dos últimos trinta anos, no Estado de São Paulo, além de já anunciarem as primeiras impressões e impactos do início do processo de reestruturação produtiva paulista. As condições hoje impostas para a inserção dos espaços urbanos na terceira revolução industrial encontram fatores positivos nesse território; as exigências necessárias "se manifestarão, preferencialmente, em um número reduzido de áreas urbanas mais desenvolvidas como, por exemplo, as contíguas à Região Metropolitana de São Paulo, alguns pontos do interior (como a região de Campinas) e alguns poucos espaços urbanos do resto do País" (Cano, 1995, p.129).

A dispersão da população, da migração, das atividades econômicas parecem se traduzir, hoje, em um novo contexto polarizado. Assim, para entender como se processou a consolidação e a emergência

das aglomerações regionais nos anos 80, em São Paulo, possivelmente não seja tão nítida a força dinâmica do processo de interiorização da indústria, como nos anos 70. A própria recorrência desse processo cria mecanismos de comunicação e homogeneização de certos estilos de vida, que tornam mais complexa a relação, às vezes direta, entre desconcentração industrial e movimentos migratórios, permitindo que outras dimensões passem também a ter importância na decisão de migrar. Nesse sentido, a regionalização refletindo as inter-relações urbanas e os processos sociais, passa também a ter um papel relevante nessa decisão, podendo afetar as correntes e o volume de migrantes internos (Ebanks, 1993). Além disso, os movimentos pendulares da população reforçam o processo de urbanização, aumentando o leque de opções na estrutura de preferência entre o viver e o trabalhar espalhados pelo interior.

Bibliografia

- BAENINGER, R. O Processo de urbanização no Brasil : características e tendências. In: BÓGUS, L., WANDERLEY, L. E. *A luta pela cidade em São Paulo*. São Paulo : Cortez, 1992.
- BÓGUS, L. M. M., BAENINGER, R. Redesenhando o espaço no interior paulista : desconcentração e expansão urbana. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 9, n. 3, 1995.
- CANO, W. Algumas implicações espaciais da terceira revolução industrial no Brasil. In: GONÇALVES, M. F. (Org.). *O novo Brasil urbano : impasses, dilemas, perspectivas*. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1995. 358 p. (Novas perspectivas, n. 40). p. 123-132.
- _____. (Coord.). *O processo de interiorização da indústria paulista 1920-1980*. São Paulo : SEADE, 1988. (Coleção economia paulista).
- _____. (Coord.). *Projeto a nova realidade da indústria paulista : subsídios para a política de desenvolvimento regional do Estado de São Paulo*. São Paulo : SEADE ; Campinas : Fundação de Economia de Campinas, 1994.
- COUTINHO, L. O desenvolvimento urbano no contexto da mudança tecnológica. In: GONÇALVES, M. F. (Org.). *O novo Brasil urbano : impasses, dilemas, perspectivas*. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1995. 358 p. (Novas perspectivas, n. 40). p. 41-62.
- CUNHA, J. M. P. *Mobilidade populacional e expansão urbana : o caso da Região Metropolitana de São Paulo*. Campinas, 1994. 283 p. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1994.
- DE MATOS, C. Capital, población y territorio. In: SEMINARIO DISTRIBUCIÓN Y MOVILIDAD TERRITORIAL DE LA POBLACIÓN Y DESARROLLO HUMANO, 1994, San Carlos de Bariloche. *Anais...* Bariloche : Fundación Bariloche : Centro de Estudios de Población, Programa Latinoamericano de Atividades en Población, 1994.
- DINÁMICA de la población de las grandes ciudades en América Latina y el Caribe. In: GRANDES ciudades de América Latina : dos capítulos. Santiago de Chile : Centro Latino Americano de Demografía, 1994. (Documentos docentes, Serie B, n. 98).
- DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil : nem desconcentração, nem contínua polarização. *Nova Economia* : revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG. Belo Horizonte, v. 31, n. 11, p. 35-64, set. 1993.
- EBANKS, G. E. *Determinantes socioeconômicos de la migración interna, com especial referencia a la región de América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile : CEPAL, 1993. 87 p.
- ELSTER, J. *Marx hoje*. São Paulo : Paz e Terra, 1991.
- FARIA, V. *Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego : a experiência brasileira dos últimos trinta anos*. Sociedade e política no Brasil pós-64. São Paulo : Brasiliense, 1983.
- GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço*. São Paulo : Edusp, 1993.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo : Loyola, 1992.
- MARTINE, G. *A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80*. Brasília : IPEA, 1994. 43 p. (Textos para discussão, 329).
- AMIGRAÇÃO no Estado de São Paulo. *Informe Demográfico*, São Paulo, v. 23, 1990.
- OLIVEIRA, O., GARCIA, B. Urbanization, migration and the growth of large cities : trends and implications in some developing countries. In: NAÇÕES UNIDAS. Expert Group on Population Distribution, Migration and Development. *Population, distribution, migration and development* : proceedings of the Expert Group on Population Distribution, Migration and Development, 1983, Hammamet (Tunisia). New York : United Nations, 1984. 505 p. (Population studies. Department of International Economic and Social Affairs, 89).

- PANIZZI, W. Prefácio. In: GONÇALVES, M. F. *O novo Brasil urbano : impasses, dilemas, perspectivas*. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1995. 358 p. (Novas perspectivas, n. 40). p. 9-12.
- PATARRA, N. L., BAENINGER, R. Movimentos migratórios : novas características, novas indagações. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 3., 1989, Águas de São Pedro. _____ et al. *A nova realidade regional do Estado de São Paulo*. Campinas : UNICAMP, Núcleo de Economia Social Urbana e Regional, 1992. (Documento de trabalho, 1).
- RICHARDSON, H. W. *Economia regional, teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional*. Rio de Janeiro : Zahar, 1975.
- SÃO PAULO no limiar do século XXI. São Paulo : SEADE : Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, 1992. (Coleção economia paulista).
- SOUZA, M. A. A perspectiva da geografia sobre migrações internacionais : relendo (sempre) Milton Santos. In: SEMINÁRIO CONTEXTO GERAL DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, 1995, Campinas. Campinas : UNICAMP, Núcleo de Economia Social Urbana e Regional, Núcleo de Estudos de População.
- TEUNE, H. *Comparing countries : lessons learned : comparative methodology*. [S.l.] : Else Oyen, 1990. (SAGE Studies in International Sociology, n. 40).
- VILLA, M., RODRÍGUEZ, J. Dinâmica sociodemográfica de las metrópolis latinoamericanas. In: GRANDES ciudades de América Latina : dos capítulos. Santiago de Chile : Centro Latino Americano de Demografía, 1994. (Documentos docentes, Serie B, n. 98).
- WALLERSTEIN, I. A world-system perspective on the social science. *British Journal of Sociology*, v. 27, n. 3, Sept. 1976.

Resumo

O artigo trata dos processos recentes de urbanização, regionalização e mobilidade populacional no Estado de São Paulo, em particular em sua área interiorana. A emergência do processo de reestruturação produtiva em âmbito internacional tem contribuído, em nível nacional, regional e local, para a configuração de espaços urbanos selecionados. Desse modo, a compreensão dos fenômenos locais pressupõe o entendimento dos fenômenos regionais, metropolitanos e mundiais. No caso de São Paulo, os impactos territoriais do processo de desconcentração econômica e populacional, iniciado na década de 70, tomaram maior impulso nesse novo panorama, consolidando a presença de pólos regionais. Esses pólos, ao mesmo tempo que contribuem para um processo de desconcentração populacional, apresentam uma redistribuição interna de sua população que se caracteriza pelo maior crescimento das áreas periféricas, contribuindo para a diversificação e crescente importância dos deslocamentos populacionais nos processos de urbanização e redistribuição espacial da população.

Abstract

This article tells about recent urbanization processes, regionalism and populational migration in São Paulo State, particularly in its inner area. The emergency of the productive re-establishment process in international terms have contributed in national, regional and local levels to the configuration of selected urban areas. In this case the understanding of the local phenomena requires the understanding of the regional, metropolitan and world phenomena. In São Paulo's case, the territorial effects of the population and economical decentralization process started in the 1970's took better place in the new panorama, showing the presence of regional poles. Those poles can not only contribute to a populational decentralization process, but also shows a inner populational redistribution which is know by the faster growth of the outside areas, contributing to the diversification and increased importance of the populational migration in the distribution and urbanization process.